

## Educación no es un campeonato de fútbol

Eric Ferdinando Kanai Passone  
Universidad de São Paulo  
FEUSP - Brasil  
ericpassone@yahoo.com.br

### Resumen

A partir de una indagación conceptual propia del psicoanálisis en el campo de la educación, este trabajo se refleja sobre otra escena de la política de evaluación educacional en Brasil, o sea, el deseo que sustenta lo imaginario social de ese discurso hegemónico y que determina las prácticas discursivas pedagógicas y evaluativas contemporáneas. Las prácticas discursivas articuladas en torno de la evaluación externa de la educación básica y de la gestión del sistema público de enseñanza por resultados e incentivos generan los peores efectos sobre el acto educativo, sobre el profesor, sobre el niño y sobre la propia gestión educacional, en la medida en que se reinscribe la educación a partir del discurso científico-universitario de análisis de la política educacional, en el cual el sujeto pasa a ser identificado y rotulado de acuerdo con los resultados y padrones normativos. Este escenario demanda nuevos análisis, así como investigaciones para ampliar el cuadro teórico sobre el estatuto del sujeto de deseo, el acto educativo y las posibles posiciones que el niño asume junto a la demanda del adulto, en el contexto de políticas educacionales que vinculan la evaluación de la educación y mecanismos de incentivos por resultados.

### Palabras clave

Psicoanálisis – Educación - Políticas educacionales – Evaluación - Gestión escolar

## Educação não é campeonato de futebol

Eric Ferdinando Kanai Passone  
Universidad de São Paulo  
FEUSP - Brasil  
ericpassone@yahoo.com.br

### Resumo

A partir da indagação conceitual própria da psicanálise no campo da educação, este trabalho reflete sobre a outra cena da política de avaliação educacional no Brasil, isto é, o desejo que sustenta o imaginário social desse discurso hegemônico e que determina às práticas discursivas pedagógicas e avaliativas contemporâneas. As práticas discursivas articuladas em torno da avaliação externa da educação básica e da gestão do sistema público de ensino por resultados e incentivos geram os piores efeitos sobre o ato educativo, sobre o professor, sobre a criança e a própria gestão educacional, na medida em que reinscreve a educação a partir do discurso técnico-científico de análise da política educacional, no qual o sujeito passa a ser identificado e rotulado de acordo com os resultados e padrões normativos. Tal cenário demanda novas análises, bem como pesquisas para ampliar o quadro teórico sobre o estatuto do sujeito do desejo, o ato educativo e as possíveis posições que a criança assume junto à demanda do adulto, no contexto de políticas educacionais que vinculam avaliação da educação e mecanismos de incentivos por resultados.

### Palavras-chave

Psicanálise – Educação - Políticas educacionais – Avaliação - Gestão escolar

## Education is not a football cup

Eric Ferdinando Kanai Passone  
Universidad de São Paulo  
FEUSP - Brasil  
ericpassone@yahoo.com.br

### Abstract

From the conceptual concerns of psychoanalysis investigations in the education field, this paper reflects another scene of educational evaluation policy in Brazil, that is, the desire that sustains the social imaginary of the hegemonic discourse and determining the contemporary evaluative and pedagogical discursive practices. The articulated discursive practice around the basic education and the management of the public education system by results has caused worse effects on the educational act, to the professors, to the children and to their own educational management, rewriting the education from the technical-scientific discourse analysis of educational policy, in which the subject is identified by the results and normative standards. This scenario requires new analysis and researches to expand the theoretical framework about the status of the subject of desire, the education act and the possible positions that the children assume with the adult demand in the educational policies context articulated with education assessment and incentive mechanisms by results.

### Keywords

Psychoanalysis – Education - Educational policies – Evaluation - School management

## Educação não é campeonato de futebol

Eric Ferdinando Kanai Passone  
Universidade de São Paulo  
FEUSP - Brasil  
ericpassone@yahoo.com.br

“Não há problema que uma falta de solução não possa resolver”  
Anaximandro

Este trabalho inscreve-se no âmbito de pós-doutoramento, no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde desenvolvo atualmente o projeto intitulado “Da avaliação da educação básica aos incentivos por resultados: uma abordagem pelo discurso psicanalítico”, cujo objetivo é investigar os efeitos do “furor avaliativo” que domina a gestão dos sistemas de ensino no mundo globalizado. Assim, busca-se interrogar os desdobramentos de tal demanda política sobre o laço educativo, o que implica pensarmos a posição que a criança assume junto à demanda educativa do adulto e à injunção do Outro da política educacional.

Parte desse texto também foi apresentado no *IV Simposio Internacional Infancia, Educación, Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes – Mar del Plata, 2013* -, em que tratei como a lógica dos discursos modernos de gestão e avaliação da política educacional ameaça o ato educativo, na medida em que reinscreve o simbólico educacional a partir dos discursos da ciência e do capitalismo, por meio de poderosos mecanismos homogeneizantes e competitivos.

Desse modo, a figura de linguagem utilizada no título deste trabalho – *Educação não é campeonato de futebol* – visa, por um lado, lembrar-nos de que a educação vive hoje uma crise de sentido, embora haja um aumento considerável de

---

**PASSONE, E.F.K.** Educação não é campeonato de futebol. INFEIES – RM, 3 (3). Investigaciones - Mayo 2014: <http://www.infeies.com.ar>

---

metodologias e técnicas, no mercado do saber, que prometem a solução de todos os problemas da escola e prometem a satisfação em termos de resultados educacionais. E, por outro, informa-nos do deslocamento de sentido que opera a partir desse lugar de falta e do risco de os discursos dominantes transformarem a escola em um verdadeiro espetáculo competitivo, no sentido narcísico da escolha do termo. E quem joga? Quem goza? O que está em gozo ao nível libidinal dos avaliadores?

Sem pretender ter uma resposta para o *impossível* da avaliação *educacional*, interrogarei como essa prática deixou de ser algo banal do dia a dia escolar e, nas ultimas décadas, tornou-se um verdadeiro culto que, infelizmente, tem transformado a educação em um *grande negócio*<sup>1</sup>.

#### *Desenvolvimento*

No campo da educação, as descobertas da psicanálise criaram um percurso de investigação singular capaz de interrogar certas tendências ditas naturais na ordem do discurso educacional hegemônico. Dentre outros autores de referência, os trabalhos De Lajonquière, no estilo da psicanálise francesa instaurada por Maud Mannoni, retratam essa linha de ação, cujas referências nos auxiliam na análise das ilusões relacionadas aos discursos modernos de avaliação e gestão das políticas educacionais. Antes de avançarmos por essa via, proponho uma breve contextualização acerca do paradigma da avaliação educacional em âmbito global.

O discurso da avaliação vem sendo tratado, seja pelos agentes do liberalismo ou pela esquerda política, como um avanço às democracias modernas. Na medida em

---

<sup>1</sup> Referencia ao modelo de mercado que tem influenciado a gestão da educação pública. Confira o artigo "Psicanálise e Educação: o discurso capitalista no campo educacional", em que exploro os efeitos do mercado sobre o ato educacional. Disponível em *ETD – Educação Temática Digital*: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/5553>

que a eficiência e a eficácia das ações estatais tornaram-se temas de suas agendas políticas, a avaliação passou a ser incorporada à gestão das políticas, visando legitimidade dos serviços de bens produzidos pelo Estado, mantendo um discurso aparente em relação ao ideal do serviço público, ao mesmo tempo em que vão sendo paulatinamente incorporadas à administração pública um rol de técnicas de gestão do mercado. De outro modo, pode-se escutar certo embate político-ideológico sobre o enfraquecimento do Estado, em que os sistemas de ensino públicos requerem maior controle e avaliação, como uma forma de “provar” sua eficácia e eficiência frente aos projetos de poder que negam o tradicional Estado-providência e, de modo ardiloso, o direito à educação laica, obrigatória e gratuita, como podemos observar nas tentativas de desmonte dos sistemas públicos de ensino em alguns países. Afinal, para quem temos que provar que nosso sistema de ensino é eficaz? E, o que se entende por qualidade educacional? Um tema espinhoso que nem mesmo os educadores querem saber.

Para entendermos melhor tal cenário será preciso voltar a atenção aos problemas atuais das sociedades democráticas contemporâneas, ou seja, como os problemas vão sendo encaminhados na lógica dos equivalentes: problema-solução-avaliação-contrato. Quando uma queixa ou problema surge na sociedade, demandam-se dos políticos uma resposta e uma solução, portanto, destaca-se o antigo binômio problema-solução da matemática, que alimenta os discursos avaliativos em termos de planejamento e administração pública. Como consequência, a avaliação surge enquanto parte da solução dos problemas que a sociedade demanda ao Estado. Nesse sentido, toda proposição que se articula em termos de avaliação passou a ser considerada como necessária ao avanço da democracia, uma forma ilusória de se retornar um bem para um país.

Na educação, a questão da qualidade foi apresentada como um problema mundial, cuja solução tem sido tratada em termos de aumento do controle e da avaliação das políticas educacionais. Tal solução retrata certa convicção dos discursos administrativos e burocráticos sobre a gestão da educação, que nada querem saber do sentido formativo e ético da educação. Em comum, concorda-se com a impostura de que a avaliação sistemática das instituições de ensino aumenta a eficácia educacional. Os discursos especializados da avaliação dos sistemas de ensino recomendam a aplicação de testes padronizados e a utilização de contratos de gestão por metas, enquanto dispositivos gerenciais capazes de melhorar a qualidade educacional, induzindo a competição entre as redes de ensino, as escolas e os alunos. Em tese, tal procedimento envolve toda hierarquia administrativa do sistema de ensino, passível de maior controle, regulação e responsabilização de suas instituições e seus resultados, gerando um espaço de pressões competitivas no sistema educacional. Neste contexto, os critérios de sucesso e fracasso de uma dada política passaram a serem definidos por metas e parâmetros de análise, monitoramento e avaliação externa do “produto”, os denominados *outputs* dos sistemas de ensino.

Na lógica da competitividade global, do aumento da demanda educacional e da produção de capital humano de alta qualificação, a exposição de um país ou das escolas à opinião pública (nacional e internacional), por intermédio de um ranking de indicadores de qualidade de ensino, têm simbolizado, de modo quase hegemônico, a “performance” da política educacional de um referido território, país, estado, município ou escola. Seja como for, os governos dos Estados modernos vivem cada vez mais sob o domínio dos discursos da “qualidade”, da “eficácia” e da “avaliação”, significantes amplamente incorporados entre os políticos e gestores de políticas educacionais, na contemporaneidade. Dito de outro modo, as decisões políticas estão

cada vez mais submetidas e condicionadas aos discursos técnicos e especializados sobre a avaliação das políticas educacionais.

As recomendações e conclusões de organizações multilaterais, como UNESCO, OCDE, BID etc., são imensas e tendem a padronizar os debates e discursos sobre políticas educacionais, em especial sobre a qualidade educacional e a relevância da avaliação, influenciando as políticas educacionais do mundo inteiro. Para muitos acadêmicos, a padronização dos sistemas de ensino é um fato inevitável em longo prazo, mediante as transformações econômicas das sociedades de capitalismo avançado. Se, por um lado, as agências internacionais sugerem o que há de certo ou errado nos sistemas educacionais, reforçando a pressão sobre os tomadores de decisão para agir seguindo linhas de ações estabelecidas, por outro, também aumentam os riscos dos países incorporarem tais diretrizes e discursos numa perspectiva historicamente descontextualizada e alienada, determinando os piores fracassos.

No Brasil, há menos de vinte anos, os governos federais vêm implantando tais sistemas, em uma conjuntura político-econômica caracterizada pela presença de crise do capital, competitividade global, reforma do Estado, desconcentração, descentralização e municipalização das atividades de ensino, centralização dos recursos e das decisões, aumento dos mecanismos de controle, regulação e responsabilização, retrato da mudança estrutural do Estado e da própria educação. Em relação à educação básica, foi a partir de 1990 que o governo federal passou a organizar o sistema nacional de avaliação, como exemplos, têm-se o SAEB (Sistema Nacional da Educação Básica - Portaria Nº 1.795/1994 – e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - Portaria Nº 438/1998). Em 2005 o SAEB foi revisto e dividido em duas avaliações, a ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) com foco na gestão das



---

**PASSONE, E.F.K.** Educação não é campeonato de futebol. INFEIES – RM, 3 (3). Investigaciones - Mayo 2014: <http://www.infeies.com.ar>

---

redes de ensino das unidades federadas, e a ANRESC (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar), conhecida como Prova Brasil, de base censitária e foco nas unidades escolares urbanas. Toda essa engenharia avaliativa foi articulada ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (2007), que estabeleceu um plano de contingenciamento ao financiamento da educação pública, mediante ao cumprimento de metas estabelecido pelo governo central. Em tese, todo sistema público de ensino passou a se guiar pelo Outro da política de avaliação educacional adotadas pelo governo, este, que por sua vez, tem se alienado aos discursos e aos ideais educacionais internacionais. Pode-se, assim, deduzir que a educação nacional continua longe de ser pensada e incorporada como uma estratégia de formação de um povo para um país, no sentido que a existência e continuidade da *polis* necessita da formação dos mais novos como futuros cidadãos. Desse modo, deve-se analisar os discurso das agências de avaliação e dizer “o Rei está nu!”.

\*\*\*

O linguista Jean-Claude Milner e o psicanalista Jacques-Alain Miller<sup>2</sup> (2006), ao analisarem o significante “avaliação”, no contexto da avaliação, pelo Estado, dos trabalhadores da saúde mental francesa, o fizeram a partir da indagação sobre a transformação do tradicional “Estado-Providência”, em direção ao emergente “Estado de Controle” ou “Estado-estratégico”. Este último, na visão dos dois intelectuais, representa o declínio de uma sociedade orientada em torno da lei, em direção à consolidação de uma sociedade orientada por contratos. Como destaca Miller, enquanto a sociedade da lei supõe a presença de uma diferença estrutural, uma

---

<sup>2</sup> Aula ministrada dia 10 de dezembro de 2003, no Departamento de Psicanálise da Université de Paris VIII, publicado originalmente em 2004, *Voulez-vous être évalués?* Paris:Grasset.

dissimetria, que implica o terceiro, conforme postulou Jacques Lacan, o grande Outro, a sociedade de contrato estabelece uma suposta parceria entre iguais, uma relação simétrica e ilimitada, em que a avaliação, segundo Miller, se esforça “para dar um estatuto simbólico ao estádio do espelho”, isto é, na tentativa de transformar o simbólico em real, de modo homólogo ao delírio científico. Na França, a avaliação foi um meio para os administradores pudessem impor seus valores aos técnicos da saúde mental.

A avaliação promete reconhecer o indivíduo como igual aos outros, reduzindo os riscos e responsabilidades que envolvem a escolha, de dizer o que deseja. Nesse sentido, como alerta Miller, a avaliação é a morte, o combate a singularidade e ao que escapa ao controle. Em outras palavras, a avaliação tornou-se um modo como a sociedade se defende da singularidade, e, portanto, do desejo e da angústia.

A demanda por avaliação tem se tornado uma regra bem aceita nas instituições da sociedade, na medida em que ela opera por sedução, isto é, ela promete dar aquilo que falta. Como o discurso da histórica, ela seduz o mestre para fazê-lo produzir um saber, ou seja, a avaliação supõe seduzir aquele que tem para que ele forneça seu bem àquele que não tem, operando uma troca ente o conteúdo (saber) e a forma (método). Entretanto, essa troca se faz com o consentimento do ser avaliado, na medida em que toda avaliação se estabelece um contrato de confiança no qual o sujeito se compromete, sem o saber, no processo de sua própria exclusão. Nas palavras de Miller (2006, p. 26):

Quando o significante do Outro se coloca como lei, vocês podem se revoltar contra, mas quando são levados ao contrato de confiança – e como resistir àquele que diz: “Eu não quero nenhum mal a você, eu lhe peço somente para fazer o relato sobre o que você pode dizer de si mesmo, você será medido de acordo com os critérios que você mesmo

definirá.” -, quando se consegue comprometer o sujeito no processo de sua própria exclusão, cegando-o assim sobre o que se subtrai dele, aí estamos na abjeção. Vocês podem revoltar-se contra a lei. Aqui, porém, trata-se de fazer com que seja impossível revoltar-se, porque vocês consentiram com o processo, porque vocês partilharam as razões do outro, porque vocês mesmos terão aberto a porta para visitas e serão obrigados a dizer: “Eu valho menos do que aquele ali.”, serão obrigados a dizer: “Eu mereço a morte”. A avaliação visa a isso, a essa auto-condenação do sujeito. É a lógica própria de todo controle a partir do saber. A avaliação é *Le zero et l’infini* na versão *light*. E é por isso que eu disse muito tranquilamente que considerava a avaliação um método perverso.

O problema se agrava quando tratamos da educação pública, em que a “febre das avaliações” surge como uma busca excessiva por resultados e metas educacionais impossíveis, como um efeito direto do paradigma moderno do cálculo e da medida, isto é, inscreve-se na lógica de tudo ser cientificamente mensurável e cifrável, em suma, um valor das afeições humanas por uma realidade imaginariamente constituída a partir de parâmetros lógicos do objeto.

Tal contingenciamento impacta a relação entre o Estado e as instituições escolares, na medida em que a tradicional relação baseada no mandato e na responsabilidade das autoridades educativas vai sendo substituída pelos contratos de metas e avaliações de desempenho, *estrategicamente* propostos. De outro modo, no lugar do nome da lei, ou do suposto saber paterno, que representa a figura do professor, surge a figura do contrato, um tipo de controle matematizado pelo saber da ciência.

A passagem do modelo banal de avaliação da educação básica ao modelo de avaliação em massa por testes padronizados retrata a passagem da avaliação processual ao modelo de contato, no qual cada escola deve subscrever com o Estado

um contrato de objetivos. A alocação de recursos está condicionada em função da avaliação, isto é, um *plus* de recursos é ofertado ou suspenso de acordo com a execução e cumprimento dos objetivos.

O poder e o *status* moderno de que desfruta o discurso avaliativo no imaginário social reveste-se da roupagem científica para garantir o valor de um saber. Ao ser avaliado, o sujeito retorna às questões cruciais do seu ser, invoca a sua posição frente a função da linguagem e da palavra, remetendo-o a perguntas como, *o que querem de mim* e *qual é meu valor* em relação ao grande Outro. Como vemos, trata-se de uma posição especular, onde a demanda do sujeito não encontra nenhum outro reconhecimento a não ser aquele espelhado como ideal da avaliação em voga, que como sabemos, revela uma condição totalmente aberta ao fracasso.

Em outro sentido, a avaliação captura o desejo de saber do sujeito que é transformado em um bem, uma marca, um valor de troca. Ao operar a substituição entre o não-avaliado e o avaliado, a mágica da avaliação produz um valor e uma perda, que nada mais é que a produção de um equivalente de troca à custa do saber do sujeito sobre seu próprio desejo. Assim, após ser avaliado, o sujeito passa a ser reconhecido como um valor a mais ou a menos, de acordo com as estatísticas educacionais, no interior dos discursos, que transformam a criança em objeto de saberes cientificamente instituído. Desse modo, a máxima “não há como agregar sem segregar” adquire toda materialidade.

Em termos de laços sociais, pode-se dizer que o discurso da avaliação implica a posição abjeta que ocupa o sujeito ao ser avaliado. A avaliação não depende do desejo do avaliado. Tal posição se revela a partir da estrutura dos discursos, conforme proposta por Jacques Lacan, no *Seminário 17 - O Averso da Psicanálise*. O discurso, como laço social, articula a posição do sujeito com o mesmo e implica as relações

produzidas enquanto dominância desse laço social, isto é, o tratamento que o outro recebe. Assim, todo laço social que trata o outro como um saber-fazer, ou um escravo, insere-se no discurso do mestre; todo discurso que trata o outro como objeto retrata o discurso da universidade, ou da ciência; e, todo laço social que trata o outro como objeto de consumo inscreve-se na lógica do discurso capitalista. O único laço social que trata o outro como sujeito, Lacan o denominou de discurso da análise.

Desse modo, pode-se dizer que a obstinação existente no âmbito da gestão educacional inscreve-se como o *avesso do laço social que trata o outro como sujeito*. O que está em causa no discurso da avaliação é o desejo de domínio e controle do objeto. Como efeito, o furor avaliativo, que não deixa nada fora de sua sombra e de seu domínio, surge como um mal-estar associado ao discurso do mestre, enquanto poder político da gestão educacional; ao discurso do saber, enquanto conhecimento técnico-científico que delira uma impossível eficácia educacional; e, ao discurso capitalista, cujo saber se transforma em objeto de consumo e de produção do capital (Passone, 2013).

Sabe-se que, na medida em que a “máquina” da avaliação em massa funciona, o sujeito sofre um apagamento radical, isto é, ao alucinar seu próprio objeto de saber a ciência elimina o sujeito. Como ensinou-nos Lacan, o simbólico foracluído pelo discurso científico retorna no real, como fracasso do simbólico. Temos, assim, toda extensão do acontecimento do sujeito, enquanto ordem simbólica que é negada no discurso da ciência, mas que retorna como o real não simbolizado, isto é, como fracasso do simbólico, o fracasso escolar. Na perspectiva psicanalítica, o dito fracasso escolar pode ser compreendido, de modo contrário aos discursos dominantes, como êxito do sujeito do desejo, que retorna como furo no real. Em suma, o fracasso é o

acontecimento do sujeito na estrutura. No entanto, frente à compulsão da avaliação, resta-lhe a desistência, a revolta ou o sintoma (inibição, submissão, violência).

Assim, sob o domínio do discurso técnico-científico no campo educacional, observa-se um total desconhecimento das autoridades educacionais sobre a impossibilidade de a educação alcançar metas radicalmente impossíveis, que o próprio discurso da avaliação política formula para si mesmo. Ao que parece, os gestores, políticos e outros profissionais da educação nada querem saber acerca dos efeitos nocivos que o excesso avaliativo produz sobre os sistemas educacionais, as escolas, os professores e os alunos. O desconhecimento sistemático de tal impossibilidade revela a “neurose pedagógica” e o “delírio administrativo” que prevalece no campo educacional, neurose que alimenta a ilusão educacional e a moral pedagógica hegemônica em torno de um aluno idealizado, que não existe na realidade; e, delírio desenfreado em busca da eficiência e da eficácia educacional.

Neste cenário, cabe-nos outra pergunta: como é que um “mal negócio”, tanto para a nação quanto para a própria criança, vem ganhando hegemonia no interior da burocracia educacional do Estado? Não seria a avaliação educacional em massa um retorno a era dos testes padronizados *a la moda* da psicometria de Binet e Simon, mas agora revestida pelo delírio administrativo em torno da avaliação de coletivos?

Sem pretender ser a última resposta, apresenta-se a seguinte hipótese: o desejo de melhorar a qualidade da educação e do ensino, que alimenta a crença dos gestores em relação à gestão de metas e à avaliação, retrata o desejo de ser avaliado na mesma medida, de ser comparado em tudo ao outro, com a mesma “régua” ou modelo, tal como os organismos multilaterais e o mercado avaliam os sistemas de ensino do mundo globalizado. Entretanto, no centro dessa demanda de reconhecimento, opera-se uma violenta rejeição à diferença, e, portanto, ao desejo de

---

PASSONE, E.F.K. Educação não é campeonato de futebol. INFEIES – RM, 3 (3). Investigaciones - Mayo 2014: <http://www.infeies.com.ar>

---

saber que marca a demanda educacional. Nesse sentido, a busca do mesmo, do idêntico, do igual ao outro implica o desejo de não desejar nada diferente do idealizado, que acaba se revelando uma fantasia narcísica impulsionada pelo desejo de morte e, como tal, só pode conduzir ao pior, como lembra-nos o mito de Narciso.

De acordo com Jacques-Alain Miller, o culto da avaliação se fundamenta em sua dimensão mística, enquanto uma “máquina de impostura” responsável em iniciar os não-avaliados no “devir unidade contável e comparável”, marca do significante mestre no modo contemporâneo de gestão da sociedade<sup>3</sup>. Para o psicanalista,

a avaliação se apresenta, com efeito, como o estabelecimento da conexão do gozo único, solitário sempre, autístico do sujeito com o Outro, com *maiúscula* [*Le grand Autre*], o Outro universal do significante, que é o lugar onde se realiza o ciframento. Então, formalmente, a avaliação reproduz o momento mítico no qual o significante advém ao homem e no qual uma parte do gozo, o famoso “mais-de-gozar”, se perde. E é por isso que há algo de místico, de iniciático [*mystagogique*] nessa operação, em cujos mistérios acho que até mesmo os operadores não penetraram. A sedução do discurso da avaliação deve-se ao fato de que ele reproduz, para cada um, esse momento natal onde a marcação do homem pelo significante se realiza, onde o sujeito natural, entre aspas, encontra-se barrado pelo significante e, em seguida, dotado do significante que o representa, S1. É a própria essência do discurso do mestre (Miller & Milner, 2006, p. 25-26).

Pode-se dizer que, a avaliação surge como um engodo, um falso semblante da avaliação, justamente por ser uma retórica ilusória de controle sobre o saber impossível da educação, isto é, sobre a demanda escolar e o desejo de saber do Outro. Como fonte de ilusão, a avaliação se coloca como única realidade à pergunta

---

<sup>3</sup> Cf. Miller (2006) *A era do homem sem qualidades*.

constitutiva do sujeito, o que quer o outro de mim? Na medida em que a avaliação acredita fornecer no real essa resposta, enquanto realidade de ensino e de aprendizagem, suprime-se a falta estrutural implícita na demanda educacional – falta que possibilita a precipitação do objeto causa do desejo –, como causa do saber do sujeito, enquanto discurso do desejo do Outro. Dito de outro modo, a avaliação não possibilita a denegação da demanda do Outro, transformando o simbólico educacional em um real pedagógico passível de mensuração. Dessa forma, a avaliação seduz o indivíduo que acaba por conceder em ser avaliado, ou seja, alienado de seu valor o sujeito passa a ser cifrado segundo a lógica do objeto natural e da massificação do gozo dos serviços de bens.

Nesse caso, trata-se de reconhecer que a avaliação alucina um real que é impossível de ser capturado, disso decorre o caráter excessivo e ilimitado das metas impossíveis de serem alcançadas. Um delírio que materializa no real educacional um ideal d’A-criança, como lembra De Lajonquère (2013), um ideal calcado na potência cognitivista das teorias de desenvolvimento natural. Sabemos que tal engodo imaginário possui sua origem em um desconhecimento sistemático das questões que afetam o âmago da empresa educacional, isto é, da impossibilidade de adequar as práticas pedagógicas a partir de uma noção idealizada e naturalizada de desenvolvimento da criança e, principalmente, do aluno.

Lembremo-nos das três profissões impossíveis estabelecidas por Freud. Por que governar, educar e psicanalisar são práticas impossíveis? Porque se demanda aos governantes, educadores e psicanalistas que encontrem soluções equivalentes aos problemas da sociedade, ao ineducável e ao sofrimento psíquico, respectivamente. No entanto, a sempre um *a-mais* que escapa a lógica dos equivalentes problema-solução-avaliação, ou seja, há sempre um objeto que excede e escapa a qualquer forma de



---

**PASSONE, E.F.K.** Educação não é campeonato de futebol. INFEIES – RM, 3 (3). Investigaciones - Mayo 2014: <http://www.infeies.com.ar>

---

avaliação, marca irredutível e insubstituível do inconsciente “que não tem concerto nem nunca terá”, que resiste a padronização estabelecida pelo universal “unidade contável”. Como observam Milner & Miller (2006, p. 10), “Por que educar é impossível? Porque se demanda ao educador substituir com o pleno de seus conhecimentos o vazio da ignorância daquele a ser educado. Ora, dirá Freud, eduquem como quiserem, haverá sempre alguma coisa que não poderá ser substituída”.

Como sabemos, a avaliação não é ciência, mas uma técnica de gerenciamento, embora ela se sirva do discurso científico para impor sua onipotência e onisciência. Na ordem do discurso, a avaliação assume por essência uma posição feminina, que supõe seduzir o indivíduo para que produza sua própria condenação, legitimando sua posição abjeta frente ao grande Outro. Nesse sentido, acatar a demanda da avaliação implica, na *outra cena*, a inconsciente, satisfazer a sedução materna, ou seja, satisfazer a mãe tem para a criança um sentido incestuoso (realização incestuosa); ponto de angústia que desencadeia a inibição, como exemplo. De outro modo, ao negar a demanda avaliativa, ou, ao recusar a ser bem-sucedida a criança diz não as exigências da mãe, como podemos constatar na experiência da clínica com crianças denominadas com dificuldades de aprendizagem.

### Conclusão

Para concluir, não posso deixar de interrogar se o crescimento das expectativas e exigências do desempenho educacional não caminha lado a lado com a psicologização e a exclusão do cotidiano escolar? Se os dispositivos de psicologização não encontram redobradas suas forças ao lado dos discursos de avaliação, padronização e uniformização dos resultados educacionais? Se não será a política dos contratos e incentivos por resultados uma condição que torna a educação um

---

**PASSONE, E.F.K.** Educação não é campeonato de futebol. INFEIES – RM, 3 (3). Investigaciones - Mayo 2014: <http://www.infeies.com.ar>

---

acontecimento ainda mais difícil, que reforça os efeitos deletérios dos discursos pedagógicos hegemônicos e reduz as condições para que a educação aconteça? Afinal, onde domina o controle não há desejo, somente um ser alienado de seu próprio bem. Um processo perverso que transforma o ser da criança em moeda de troca na mão dos adultos.

#### Bibliografia

DE LAJONQUIÈRE, L. (2009) *Infância e ilusão (Psico) Pedagógica: Escritos de Psicanálise e Educação (4ª ed.)*. São Paulo: Vozes.

\_\_\_\_ (2013) *Figures de l'infantile: La psychanalyse la vie quotidienne auprès des enfants*. Paris: L'Harmattan.

LACAN, J. (1992) *O Seminário Livro 17 O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

MANNONI, M. (1976) *Educação Impossível*. Lisboa: Moraes.

MILLER, Jacques-Alain & MILLER, Jean-Claude (2006) *¿Você quer mesmo ser avaliado?* Barueri-SP: Manaole.

MILLER, J.A, (2006) A era do homem sem qualidade. *Ashepalus*, v. 1 (1).

PASSONE, E. F. (2013), Da avaliação da educação básica aos incentivos por resultados: uma abordagem pelo discurso psicanalítico. Projeto apresentado à FAPESP. *Processo nº 2013/02840-6*, São Paulo, Brasil.

\_\_\_\_ (jan/abr de 2013) Fracasso na implementação de políticas educacionais: sintoma e emergência do sujeito. *Estilos da Clínica*, v.18 (1), 53-70.